

## EMPRESAS

BANCA

# Novo Banco não escapa a acções do papel comercial

O Banco de Portugal determina o poder de retransmissão do Novo Banco para o BES caso este receba responsabilidades não definidas pelo regulador. Há casos em que a deliberação não impede que o Novo Banco seja réu em acções judiciais colocadas no caso do papel comercial.

**DIOGO CAVALEIRO**  
diogocavaleiro@negocios.pt

O Novo Banco não conseguiu escapar totalmente ao caminho que o leva para os tribunais no caso do papel comercial de empresas do Grupo Espírito Santo vendidos no Banco Espírito Santo. A decisão não é unânime, mas há juízes que não estão a aceitar que a determinação do Banco de Portugal – que diz que é ao BES “mau” que cabe o reembolso daquele investimento – seja suficiente para evitar a ida do banco liderado por Eduardo Stock da Cunha a julgamento.

São inúmeros os processos judiciais colocados por alguns dos mais de 2.000 titulares de papel comercial da Espírito Santo International e da Rioforte visando directamente o Novo Banco, entre outros réus. Antes das audiências prévias a um eventual julgamento, o Novo Banco e o BES anexaram aos processos, na sua defesa, as deliberações do Banco de Portugal que, entre outras coisas, determinam a retransmissão de eventuais responsabilidades do banco para o BES “mau”. “Serão os referidos passivos retransmitidos do Novo Banco para o BES, com efeito às 20:00 do dia 3 de Agosto de 2014”, é o que indica a deliberação do regulador liderado por Carlos Costa a 29 de Dezembro de 2015, relativamente a qualquer responsabilidade que o regulador defina que não se encontra na esfera do Novo Banco.

“Os juízes foram claros em dizer que essa deliberação não introduz nenhuma novidade face a 3 de

Agosto de 2014”, explicou ao Negócios o advogado André Navarro de Noronha, da Telles de Abreu Advogados, acrescentando que há já pelo menos duas acções que foram alvo dessa consideração. Ou seja, o pedido de inutilidade dos processos judiciais, feito pelo Novo Banco com base na deliberação do regulador bancário, não foi aceite, de acordo com o advogado. Na prática, as acções prosseguem agora para julgamento com o Novo Banco a sentar-se no banco dos réus.

“A informação que temos é que a generalidade das decisões são favoráveis ao Novo Banco”, contrapõe o banco, admitindo que “há situações em que processualmente não é aceite o requerimento de junção da deliberação de 29 de Dezembro ao processo, mas tal não significa qualquer tomada de posição do tribunal quanto à responsabilidade do Novo Banco”.

A decisão de juízes que recusam a argumentação do Banco de Portugal vai contra aquilo que é defendido desde o início de 2015 pelo Novo Banco, com esta instituição a rejeitar qualquer responsabilidade pelo reembolso dos mais de 500 milhões de euros investidos neste produto financeiro emitido por empresas que estão em insolvência no Luxemburgo.

### Negociações até à solução

Sem serem ressarcidos, alguns investidores do papel comercial acabaram por ir para tribunal. As acções judiciais decorrem em simultâneo com a negociação que está a ser promovida pelo Governo junto dos reguladores (Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários), do BES “mau” e também da associação que representa estes investidores. Na sexta-feira, houve um novo encontro do grupo de trabalho, mas a reunião foi “inconclusiva”, como



Os investidores com papel comercial estão em protestos nas ruas, sentam-se à mesa das negociações e avançam para tribunal.

disse uma fonte à agência Lusa.

Neste momento, antes de se chegar a uma solução que “minore” as perdas dos investidores, os responsáveis pelo memorando querem ter acesso ao relatório que a Deloitte fez a pedido do Banco de Portugal, noticiou a Lusa e confirmou o Negócios. O documento, que já deveria ser público, vai avaliar se os accionistas e obrigacionistas perderam mais na resolução do que numa eventual liquidação. ■

### Emigrantes estão a ser reembolsados

O papel comercial do GES não foi o único investimento a criar problemas no BES – e, daí, no Novo Banco. A equipa de Stock da Cunha arranhou soluções comerciais para os clientes que tinham séries comerciais e que tinham contratos de gestão discricionária de carteira. Também alguns dos clientes emigrantes com acções preferenciais de veículos sedlados na Ilha de Jersey começaram a ser reembolsados com base na solução proposta. O papel comercial, por ter sido emitido por sociedades do GES, não mereceu uma proposta do Novo Banco.

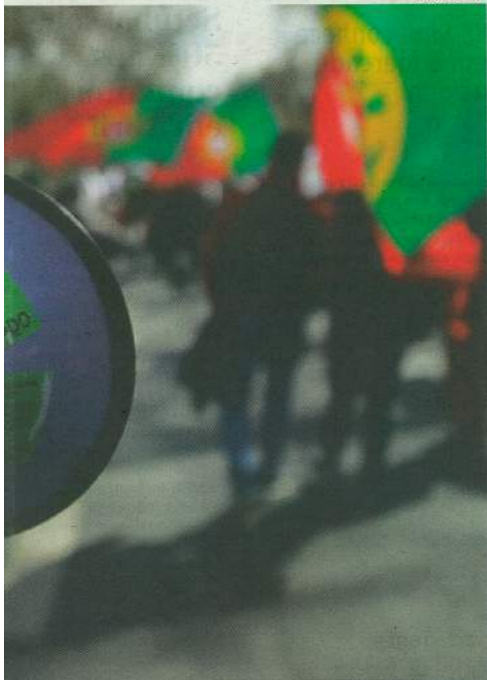
500

**MILHÕES DE EUROS**  
É em torno deste valor que se situam as emissões de papel comercial da ESI e Rioforte vendidos no BES e não devolvidos.

31

**OUTUBRO DE 2016**  
Data-limite para os credores da ESI e Rioforte reclamarem os respectivos créditos à massa insolvente.

Miguel Baltazar



“

**Que no início do mês de Maio esteja encontrada uma solução para minorar perdas para os lesados [do papel comercial].**

ANTÓNIO COSTA  
Primeiro-ministro, 30 de Março

“

**Temos 21.500 operações ou clientes com problemas em Agosto de 2014. Neste momento, temos menos de 5.000.**

STOCK DA CUNHA  
CEO do Novo Banco, 24 Fevereiro

TRANSPORTES

## México “consternado” quer ser indemnizado

**O embaixador do México em Portugal afirma que o seu governo está “consternado” com a reversão das subconcessões da Carris e do Metro de Lisboa. O grupo ADO quer indemnização? “Acho que sim.”**

O grupo mexicano ADO, dono da espanhola Avanza que venceu a subconcessão do Metropolitano de Lisboa e da rodoviária Carris, ainda não cumpriu a ameaça de recorrer aos tribunais na sequência da anulação do concurso público da operação decidida pelo Estado português. “[Ainda] não”, confirmou, ao Negócios, o embaixador do México em Portugal.

Alfredo Pérez Bravo confirmou que “o assunto não está resolvido – não há uma solução”, vincou, adiantando que as duas partes estão a negociar a celebração de um acordo sobre a matéria. “As conversações entre a empresa e o Governo português continuam e eu estou confiante de que irão chegar a uma solução favorável”, afirmou o diplomata.

Para o grupo ADO, a solução só pode passar por uma indemnização do Estado português? “Acho que sim”, respondeu Bravo. “Se se investiu numa licita-

ção e, inesperadamente, cancelou-se algo que ocorreu no âmbito de um concurso internacional, aberto e legal, pois há aqui gastos...”, argumentou, defendendo que o grupo mexicano tem direito a ser ressarcido.

Bravo desvalorizou a posição do Executivo de António Costa de que não haveria lugar a indemnizações: “São declarações que saem na imprensa, sendo que, muitas vezes, os des-

envolvimentos dos negócios tomam caminhos distintos”, contrapôs.

Em Janeiro passado, o ministro do Ambiente garantia que a reversão dos processos de subconcessão das empresas de transporte de Lisboa e Porto apenas obriga a devolver as cações aos vencedores. “A expectativa é que não terá de haver qualquer indemnização às empresas” que venceram os concursos, afirmou Matos Fernandes.

O mesmo ministério contratou entretanto uma firma de advogados para se precever contra esta provável batalha jurídica.

Por ora, o embaixador mexicano alerta de que “o governo do México está consternado com esta situação”, que “afecta as relações económicas entre os dois países”. Em Fevereiro, o grupo ADO disse que iria “usar todos os meios” para defender os seus interesses, “até os tribunais internacionais”. ■ RUI NEVES

“

**As conversações com o Governo continuam. Queremos que a ADO obtenha uma solução favorável.**

ALFREDO PÉREZ BRAVO  
Embaixador do México em Portugal

SUBCONCESSÕES

Reversão faz voltar tudo à “estaca” estatal

**MEXICANA GANHA CORRIDA À BRITÂNICA**

Lançado em Março de 2015, o concurso para a subconcessão da Metro de Lisboa e da Carris foi ganho pela espanhola Avanza, que é detida pelo grupo mexicano ADO. Para trás nesta corrida ficou a britânica National Express e a francesa RATP, tendo esta última sido excluída. Pelo caminho tinham já ficado a francesa Transdev e o consórcio da catalã TCC e o grupo Barraqueiro.

**VENCEDORA IRIA RECEBER 1.075 MILHÕES**

Para assegurar durante oito anos a subconcessão da Metro de Lisboa e da Carris, a Avanza iria receber 1.075 milhões de euros, repartindo-se por 625 milhões pela Carris e 450 milhões pela Metro de Lisboa. De acordo com o Governo anterior, estes valores representavam uma poupança de 215 milhões face aos custos suportados pelo erário público com as duas operações.

**NOVO GOVERNO REVERTE CONCESSÕES**

O Governo de António Costa decidiu reverter todos os processos de subconcessão das empresas de transporte de Lisboa e no Porto, o que viria a ser formalizado em Fevereiro passado. Uma decisão que foi muito mal recebida pelos grupos internacionais que saíram vencedores destes concursos e que assinaram contratos com o Estado português.